

A NOVA EQUIPA DA REVISTA RH, OS DESAFIOS ATUAIS EM PORTUGAL E OS CONTRIBUTOS DA COMUNIDADE APRH

Temos a honra de tomar em mãos a sequência do trabalho desenvolvido pelo Professor António Gonçalves Henriques a sua Equipa por mais de uma década (2016-2022). A nova equipa redatorial da Revista Recursos Hídricos é composta por Susana Neto, Rui Rodrigues, Cláudia Brandão, Amparo Sereno e José Maria Santos. Sempre em prol de uma APRH interveniente e que procura contribuir em várias frentes para uma melhor gestão, política e governança da água.

Entre 2022 e o corrente ano, houve mudanças significativas no contexto que influencia de forma muito relevante as condições de ocorrência e utilização dos recursos Hídricos em Portugal. A situação extrema de seca meteorológica foi agravada pelos abaixamentos históricos nas reservas de água superficial, tendo sido atingido um período superior a um ano inteiro (entre outubro de 2021 e meados de dezembro de 2022) onde o volume armazenado na totalidade das albufeiras do País esteve sempre abaixo dos 65 % (algo só equiparado durante a seca de 2005). A escassez de recursos hídricos teve impactos na agricultura e chamou a atenção para a falta de planos de gestão de secas detalhados e incorporados nas regras de exploração das albufeiras. Em paralelo, o diálogo com Espanha não ofereceu soluções satisfatórias quanto à partilha de recursos hídricos em tempos de crise extrema e sob as pressões de utilizações adicionais por parte de Espanha - no meio da falta de informação técnica sobre os pontos de controlo do protocolo adicional (regime de caudais) da Convenção de Albufeira.

Numa era em que a sustentabilidade se tornou uma prioridade global, é imperativo pensar, não esquecendo que a agricultura é naturalmente o maior utilizador da água, as nossas práticas agrícolas para garantir um uso mais eficiente e inteligente da água. Devemos promover técnicas agrícolas inovadoras e gestão inteligente dos recursos naturais ao seu dispor que minimizem o desperdício e maximizem o rendimento, enquanto protegem os recursos hídricos para as gerações futuras. Para responder a estes desafios, a agricultura terá de continuar a investir na educação e na sensibilização, que são fundamentais para garantir a adesão generalizada a práticas agrícolas sustentáveis.

A fragmentação dos rios decorrente da instalação de barreiras hidráulicas transversais – Portugal conta com mais de 250 barragens e 8000 pequenos

obstáculos transversais – de origem antrópica, tem causado o declínio ou mesmo extinção local de diversos organismos aquáticos, nomeadamente de populações piscícolas, incapazes de se dispersarem eficazmente entre habitats. Mitigar os impactos da fragmentação fluvial nos movimentos piscícolas através da implementação de dispositivos específicos para transposição piscícola tem sido um foco importante nos esforços de manutenção da conectividade longitudinal, ações estas que também servem para Portugal cumprir os objetivos estabelecidos a nível europeu, nomeadamente os da Diretiva Quadro da Água (DQA) e da Estratégia para a Biodiversidade 2030.

Para além disso, a implementação de regimes de caudais ecológicos em sistemas fluviais regularizados nunca foi tão urgente como agora. A nível mundial, o crescimento populacional e as atividades humanas estão a colocar uma pressão crescente sobre os recursos aquáticos dulçaquícolas, exacerbando a competição pela água que é cada vez mais escassa e sobrealocada. Juntamente com as alterações climáticas e o aumento da incidência de secas e inundações, estas mudanças nos padrões de utilização e distribuição da água têm impactado severamente as magnitudes, durações e tempos de permanência do caudal nos sistemas fluviais não só em Portugal, mas também a nível global, e contribuído para a degradação generalizada da biodiversidade aquática e do estado ecológico de rios e ribeiras.

Cumpre-se este ano o 25º aniversário da Convenção de Albufeira (CA) de 1998 – sobre cooperação para a Proteção e Uso Sustentável das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas – facto de que devemos congratular-nos, pois foi sem dúvida o momento mais alto no relacionamento bilateral em matéria de águas internacionais. No momento presente, a última notícia sobre o relacionamento bilateral é, precisamente, sobre Alqueva. A “Comunidad Autónoma” de Andaluzia pretende “comprar” água desta albufeira. Será que Portugal deve conceder esse pedido? Na Secção Acquajuris esta questão é debatida. Passados estes 25 anos sobre a assinatura da Convenção de Albufeira, justifica-se fazer um balanço sério sobre o seu percurso e o que é necessário empreender neste domínio de diplomacia para que situações de crise que serão cada vez mais frequentes estejam melhor enquadradas pelos dois países.

A Revista RH irá sendo estruturada como anteriormente, contendo artigos revistos por painel académico e outras peças de opinião, homenagens ou destaques de temas ou atividades relevantes. As Comissões Especializadas foram convidadas a

integrar o Conselho Editorial e ficarão responsáveis por angariar artigos científicos e participar na revisão de acordo com as suas respetivas áreas temáticas. As CE irão igualmente ser convidadas a publicar peças editoriais com alguns trabalhos de relevo que estejam a desenvolver. Iniciamos nesta edição da revista esta secção com o valioso contributo da CE da Qualidade da Água e dos Ecossistemas (CEQAE) que apresenta uma síntese do trabalho desenvolvido por esta CE nos últimos anos. Esperamos desta forma que a renovação do Conselho Editorial entre os anteriores membros e os novos venha também impulsionar a capacidade e celeridade nas publicações que valorizam a Revista RH.

Este vol. 43, n.º 2, da RH retoma a edição de 2022 que por diversas razões sofreu atrasos e vem agora dar a conhecer os artigos que estavam em revisão. Temos o gosto de destacar a inclusão neste número de quatro artigos revistos pelo nosso painel científico de revisores e que abordam, nomeadamente, a *Eficiência do Uso da Água em Ambiente Escolar - A Escola como um Laboratório Vivo para a Eco-Eficiência*, por Anabela Cordeiro e Manuela Moreira da Silva; as *Opções de Gestão Pública dos Recursos Água e Solo na Agricultura Portuguesa*, por Ricardo Serralheiro, Mário de Carvalho, Teresa Pinto Correia e António Chambel; a *Participação nos Conselhos de Bacias Hidrográficas: uma análise textual das Atas dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré e do Comitê de Bacia Hidrográfica do Mogi-Guaçu*, por Heitor Menezes Gomes, Carolina de Albuquerque e Celso Maran de Oliveira; e, finalmente, a *Detecção de Bactérias na Água Tratada e Armazenada em Reservatórios Domésticos utilizando Citometria de Fluxo*, por Leandro Manoel Afonso Mendes e Hugo Sarmento.

Esperamos que este número e o nosso trabalho futuro continuem a colher o interesse e apoio de todos os Associados da APRH e possamos difundir esta frente de forma mais alargada a outras audiências.

Com as nossas melhores saudações associativas e editoriais,

**Susana Neto | Rui Rodrigues | Cláudia Brandão |
Amparo Sereno | José Maria Santos**